

Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito.



CRIADO POR ESPECIALISTAS











Direito Penal

- 1 Conceito e função.
- 2 Princípios fundamentais do Direito Penal.
- 3 Fontes do Direito Penal.
- 4 Escolas Penais.
- 5 Evolução histórica do Direito Penal no Brasil.
- 6 Interpretação da Lei Penal.
- 7 Relação com outros ramos.
- 8 Direito penal e política criminal.
- 9 Aplicação da Lei Penal.
- 10 Do Crime.
- 11 Da Imputabilidade Penal.
- 12 Do Concurso de Pessoas.
- 13 Das Penas.
- 14 Das Medidas de Segurança.
- 15 Da Ação Penal.
- 16 Da Extinção da Punibilidade.
- 17 Dos Crimes contra a Pessoa.
- 18 Dos Crimes contra o Patrimônio.
- 19 Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial.
- 20 Dos Crimes contra a Organização do Trabalho.
- 21 Dos Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos mortos.
- 22 Dos Crimes contra a Dignidade Sexual.
- 23 Dos Crimes contra a Família.
- 24 Dos Crimes contra a Incolumidade Pública.
- 25 Dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito.
- 26 Dos Crimes contra a Administração Pública.
- 27 Dos Crimes contra a Fé Pública.
- 28 Dos Crimes contra a Paz Pública.









Direito Processual Penal

- 1 Conceito e características do Direito Processual Penal.
- 2 Princípios do Direito Processual Penal.
- 3 Fontes do Direito Processual Penal.
- 4 Sistemas Processuais Penais.
- 5 História do Direito Processual Penal.
- 6 Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal.
- 7 SDevido Processo Penal.
- 8 Devida Investigação Criminal.
- 9 Automação do processo.
- 10 Audiências virtuais.
- 11 Persecução Penal e novas tecnologias.
- 12 Provas digitais. 13 Jurisdição na internet.
- 14 Do inquérito policial.
- 15 Da ação penal.
- 16 Da ação civil.
- 17 Da competência.
- 18 Das questões e processos incidentes.
- 19 Da prova.
- 20 Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.
- 21 Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.
- 22 Das citações e intimações.
- 23 Da sentença.
- 24 Dos processos em espécie.









Direito Constitucional

- 1 Conceito, objeto, formação, fontes, conteúdo. Constitucionalismo. Poder Constituinte. Emendas à Constituição. Crises.
- 2 Constituição: tipologia, classificação, concepções, legitimidade. Supremacia.
- 3 Força normativa da Constituição. Efetividade das normas constitucionais.
- 4 Sistema constitucional: Os valores na Constituição. Dos preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado.
- 5 Princípios constitucionais: interpretação, conceito, conteúdo, função e relevância. Princípios e normas.
- 6 Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.
- 7 Controle de constitucionalidade. Sistemas de controle, critérios e modos de exercer o controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidades. Supremacia da Constituição Federal. Ação declaratória de inconstitionalidade, finalidade, objeto e efeitos. Ações Constitucionais.
- 8 Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- 9 Proteção judicial dos direitos fundamentais: Ações Constitucionais. Proteção não judicial.
- 10 Direitos sociais. Teoria Geral dos Direitos Sociais. Classificação. Efetivação.
- 11 Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
- 12 Democracia. Regime Político: conceito, pressupostos, valores, princípios, tipos e exercício.
- 13 Direito da cidadania: direitos políticos positivos e negativos. Partidos políticos.
- 14 Organização do Estado: formação, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização. Estado federal: conceito, surgimento, evolução e características. Federação brasileira: componentes e intervenção. Competências e sua repartição.
- 15 Administração pública.
- 15.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.
- 15.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo
- 16 União: natureza jurídica, competências e bens.







04



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Direito Constitucional

- 17 Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites.
- 18 Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites. Lei Orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- 19 Distrito Federal e Territórios.
- 20 Organização Administrativa do Estado: Administração Pública noção, princípios, normas e organização. Servidores Públicos civis e militares regime jurídico constitucional.
- 21 Organização funcional do Estado: princípio da separação dos poderes essência, evolução, significado e atualidade.
- 22 Poder Legislativo: funções, organização e funcionamento. Espécies normativas. Processo legislativo. Complementar nº 95/1998 (Consolidação Legislativa).
- 23 Poder Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos eleição, reeleição, perda do mandado, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
- 24 Poder Judiciário: funções, organização, competências, funcionamento e Súmulas Vinculantes.
- 25 Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública.
- 26 Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Polícia Civil.
- 27 Ordem social: fundamentos e objetivos. Seguridade social, educação, cultura e desporto. Comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso e índio.









Legislação Extravagante

- 1 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).
- 2 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).
- 3 Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989).
- 4 Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).
- 5 Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).
- 6 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- 7 Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).
- 8 Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).
- 9 Interceptação das comunicações telefônicas (Lei nº 9.296/1996).
- 10 Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986).
- 11 Crimes eleitorais (Leis nº 4.737/1965, nº 6.091/1974 e nº 9.504/1997).
- 12 Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997).
- 14 Juizados especiais cíveis e criminais (Lei nº 9.099/1995).
- 15 Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990).
- 16 Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006).
- 17 Lei de drogas (Lei nº 11.343/2006).
- 18 Código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 19 Contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941).
- 20 Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).
- 21 Identificação criminal (Lei nº 12.037/2009).
- 22 Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).
- 23 Investigação criminal (Lei nº 12.830/2013).
- 24 Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).
- 25 Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/1951).
- 26 Crime de genocídio (Lei nº 2.889/1956).
- 27 Remoção de Pessoas e de Veículos em Acidentes de Trânsito (Lei nº 5.970/1973)
- 28 Crimes contra a ordem econômica (Lei nº 8.176/1991).
- 29 Discriminação da gravidez (Lei nº 9.029/1995).
- 30 Crimes contra a propriedade industrial (Lei nº 9.279/1996).
- 31 Lei de transplante (Lei nº 9.434/1997).
- 32 Crimes contra a propriedade intelectual de programa de computador (Lei nº 9.609/1998).
- 33 Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).
- 34 Proteção a vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/1999).
- 35 Lei geral do esporte (Lei nº 14.597/2023).









Legislação Extravagante

- 36 Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005).
- 37 Lei de biossegurança (Lei nº 11.105/2005).
- 38 Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979)
- 39 Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984)
- 40 Crimes contra a pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- 41 Terrorismo (Lei nº 13.260/2016).
- 42 Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022).
- 43 Prisão Temporária (Lei nº 7.960/1989)
- 44 Locações dos Imóveis Urbanos (Lei 8.245/1991)
- 45 Estatuto da Advocacia e a OAB (Lei nº 8.906/1994)
- 46 Lei sobre Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998)
- 47 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)
- 48 Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)
- 49 Lei contra Discriminação de Portadores de HIV (Lei nº 12.984/2014)
- 50 Políticas Públicas para a Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016)
- 51 Lei de Depoimento Especial (Lei nº 13.431/2017)
- 52 Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)
- 53 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
- 54 Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019)
- 55 Reestruturação do COAF (Lei nº 13.974/2020)
- 56 Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)
- 57 Política Nacional de Dados sobre Violência contra Mulheres (Lei nº 14.232/2021)
- 58 Programa de Prevenção ao Assédio Sexual (Lei nº 14.540/2023)
- 59 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Lei nº 14.541/2023)









Direito Administrativo

1Conceito, evolução histórica, fontes, métodos e critérios interpretativos, relação com outros ramos do Direito.

- 2 Princípios do Direito Administrativo.
- 3 Administração Pública: em sentido amplo (Administração Pública e Governo aspectos objetivo e subjetivo) e em sentido estrito (funções administrativas e os sujeitos incumbidos de desempenhá-las).
- 4 A Administração Pública Direta e Indireta: entidades e órgãos. Classificação dos órgãos públicos. Desconcentração e descentralização administrativas. Entidades integrantes da Administração Pública descentralizada.
- 5 Entidades em colaboração com o Estado e Terceiro Setor. Serviços sociais autônomos. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- 6 Princípios constitucionais explícitos e implícitos da atividade administrativa estatal. Transparência e probidade administrativa.
- 7 Servidores públicos.
- 8 Poderes e deveres da Administração. Uso legítimo e abuso de poder. Poderes em espécie.
- 9 Poder de Polícia.
- 10 Atos administrativos.
- 11 Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar.
- 12 Licitação, Contratos Administrativos. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
- 13 Serviços Públicos. A ordem e os direitos sociais. Conceito, classificação e princípios. Competência dos entes federados. Formas de prestação dos serviços públicos. Serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados. Parceria público privada. Consórcios e convênios administrativos. A defesa do usuário/consumidor de serviço público.
- 14 Bens Públicos.
- 15 Intervenção do Estado na propriedade.
- 16 Intervenção do Estado no domínio econômico. A ordem econômica. Formas de atuação. O Estado regulador: a repressão ao abuso do poder econômico. O Estado executor. Monopólio estatal.
- 17 Responsabilidade Civil do Estado.
- 18 Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração Pública. Formas, meios e instrumentos. Garantias administrativas e processuais dos administrados.









Medicina Legal

- 1 Medicina Legal: conceito; da necessidade e da utilidade da Medicina Legal nos diversos ramos do Direito.
- 2 Perícia e perito: conceitos; da necessidade da perícia no Direito; da atuação do perito nos diversos ramos do Direito; da manifestação dos peritos; documentos médicolegais.
- 3 Traumatologia médico-legal.
- 4 Toxicologia médico-legal.
- 5 Asfixiologia médico-legal.
- 6 Tanatologia médico-legal.
- 7 Sexologia médico-legal: dos crimes contra a dignidade sexual; do abortamento e do infanticídio.
- 8 Psicologia e Psicopatologia médico-legais.
- 9 Identidade e identificação: identificação policial ou judicial e identificação antropológica, incluindo-se a genética.
- 10 Infortunística.









Direitos Humanos

- 1 Teoria geral dos direitos humanos.
- 2 Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.
- 3 Afirmação histórica dos direitos humanos.
- 4 Globalização e direitos humanos.
- 5 Proteção internacional dos direitos humanos.
- 6 Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados.
- 7 Interligação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos.
- 8 Direitos humanos e a responsabilidade do Estado.
- 9 Direitos humanos na Constituição Federal de 1988.
- 10 Sistema internacional de proteção dos direitos humanos.
- 11 Reflexos do direito internacional nos direitos humanos no direito brasileiro.
- 12 Programas nacionais de direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009 e outros).
- 13 Convenção para a Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio.
- 14 Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.
- 15 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- 16 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- 17 Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- 18 Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.
- 19 Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas.
- 20 Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (ONU Havana, 1990).
- 21 Lei nº 13.060/2014 Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública.
- 22 Decreto nº 12.341/2024 Regulamenta a Lei nº 13.060/2014 sobre uso da força pelos profissionais de segurança pública.









Direito Civil

- 1 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, pessoa natural, pessoa jurídica, personalidade, domicílio, residência, bens, diferentes cargos de bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência, negócios jurídicos.
- 2 Posse: classificação, aquisição, efeitos e perda.
- 3 Propriedade: aquisição e perda da propriedade, direito real sobre coisa alheia.
- 4 Responsabilidade civil: teoria da culpa e do risco.
- 5 Comerciante ou empresário comercial: condições para o exercício da atividade comercial.
- 6 Obrigação e privilégios dos comerciantes.
- 7 Sociedades comerciais: noções gerais, personalidade jurídica, dissolução e liquidação.
- 8 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
- 9 Sociedades por ações: características gerais; responsabilidade dos sócios.
- 10 Títulos de crédito: atributos gerais; integração das leis uniformes de Genebra no direito brasileiro; nota promissória; duplicata; cheque.









Criminologia

- 1 conceito.
- 2 Métodos da criminologia: empirismo e interdisciplinaridade.
- 3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.
- 4 Funções da criminologia.
- 5 Criminologia e política criminal.
- 6 Criminologia e Direito Penal.
- 7 Modelos teóricos da criminologia.
- 8 Teorias sociológicas.
- 9 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.
- 10 Prevenção primária.
- 11 Prevenção secundária.
- 12 Prevenção terciária.
- 13 Modelos de reação ao crime.









Direito Ambiental

- 1 Princípios do Direito Ambiental.
- 2 A Constituição Federal e o meio ambiente.
- 3 Repartição de competências em matéria ambiental. Normas de cooperação.
- 4 Poder de polícia e Direito Ambiental. Licenciamento ambiental. Compensação ambiental. Biossegurança. Infrações ambientais.
- 5 Responsabilidade ambiental. Conceito de dano. A reparação do dano ambiental. Extração irregular de recursos minerais.
- 6 Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente. Política Energética. Política de Saneamento.
- 7 Estudo de impacto ambiental. Conceito. Competências. Natureza jurídica. Requisitos.
- 8 Biodiversidade. Principais instrumentos de proteção internacional. Acesso. Política nacional. Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado.
- 9 Proteção às florestas.
- 10 Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.
- 11 Crimes contra o meio ambiente.









Direito Tributário

- 1 Sistema Tributário Nacional.
- 2 Limitações constitucionais ao poder de tributar.
- 3 Repartição de competências na federação brasileira.
- 4 Delegação de arrecadação.
- 5 Discriminação constitucional das rendas tributárias.
- 6 Legislação sobre o sistema tributário brasileiro.
- 7 Definição de tributo e espécies de tributos.
- 8 Fontes do direito tributário.
- 8.1 Conceito de fonte; fontes formais do direito tributário.
- 8.2 Legislação tributária: leis, tratados, convenções internacionais, normas complementares.
- 8.3 Vigência da legislação tributária.
- 8.4 Aplicação da legislação tributária.
- 8.5 Interpretação e integração da legislação tributária.
- 9 Obrigação principal e acessória.
- 9.1 Fato gerador; sujeitos ativo e passivo; capacidade tributária; domicílio tributário.
- 9.2 Responsabilidade tributária; solidariedade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade por infrações.
- 10 Crédito tributário.
- 10.1 Constituição; lançamento; modalidades; suspensão.
- 10.2 Compensação, restituição, transação, remissão, prescrição e decadência.
- 10.3 Conversão de depósito em renda.
- 10.4 Consignação em pagamento.
- 10.5 Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado.
- 10.6 Restituição do tributo transferido; restituição de juros e multas; correção monetária.
- 10.7 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- 11 Competência tributária.
- 11.1 Não exercício da competência.
- 11.2 Competência residual e extraordinária.
- 11.3 Limitações da competência.
- 11.4 Princípios da legalidade e da tipicidade.
- 11.5 Princípio da anualidade.
- 11.6 Proibição de tributos interlocais.
- 11.7 Imunidade e isenção.









Direito Processual Civil

- 1 Jurisdição: natureza; conceito; características; espécies; problemática da jurisdição voluntária; princípios; estrutura constitucional (poder judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à justiça); equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem).
- 2 Competência. Conceito, critérios de distribuição, espécies. Identificação do foro competente. Modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da justiça federal
- 3 Tutela. Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final. Tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade. Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites. Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela. Poder geral de cautela. Cautelares inominadas: pressupostos, espécies, procedimento cautelar. cautelares nominadas





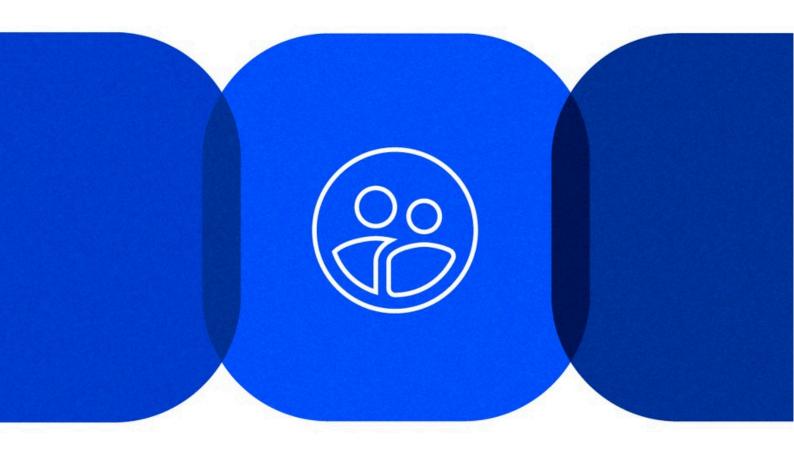




Língua Portuguesa

1 Leitura e compreensão de textos: Assunto. Estruturação do texto. Ideias principais e secundárias. Relação entre ideias. Ideia central e intenção comunicativa. Efeitos de sentido. Figuras de linguagem e linguagem figurada. Recursos de argumentação. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. Coesão e coerência textuais. Nexos coesivos

- 2 Gêneros Textuais: identificação, características.
- 3 Variações linguísticas. Ambiguidades, redundâncias, repetições.
- 4 Léxico/Semântica: Significação de palavras e expressões no texto. Substituição de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras.
- 5 Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas. Ortografia: emprego de letras, do hífen e de acentos gráficos (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12). Relações entre fonemas e grafias. Colocação pronominal: próclise, ênclise, mesóclise. Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais. Vozes verbais, identificação, classificação e conversão. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Paralelismos de Regência. Emprego do acento indicativo de crase. Sintaxe do período simples e do período composto. Frases fragmentadas e siamesas. Colocação e reconhecimento de termos e orações no período. Coordenação e subordinação: classificação das orações, emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. Orações reduzidas e orações desenvolvidas. Equivalência e transformação de estruturas. Pontuação.



Feito por especialistas

Nossos professores são referência no mundo jurídico e especializados em suas respectivas áreas.



Cursos preparatórios para OAB 1ª e 2ª Fase



Cursos de Pós-Graduação



Cursos preparatórios para Concursos Públicos



Cursos de Prática Jurídica

